



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado José Rocha (PR/BA)**

**Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público – CPI BNDES.**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**(Do Sr. José Rocha)**

Requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de TRANSFERÊNCIA de sigilo, em meio magnético e arquivo pesquisável, da operação feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a Usina São Fernando Açúcar e Álcool, localizada em Dourados em Mato Grosso do Sul.

**Senhor Presidente,**

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 3º do Art. 58 da Constituição Federal – CF/88, legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de TRANSFERÊNCIA de sigilo, em meio magnético e arquivo pesquisável, da operação feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a Usina São Fernando Açúcar e Álcool, localizada em Dourados em Mato Grosso do Sul.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Deputado José Rocha (PR/BA)**

#### **Justificação**

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi criada com a finalidade de investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco no período de 2003 a 2015. Dentro do escopo, a TRANSFERÊNCIA de sigilo, em meio magnético e arquivo pesquisável, da operação feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a Usina São Fernando Açúcar e Álcool, localizada em Dourados em Mato Grosso do Sul, é imprescindível para o avançar das investigações e melhor entendimento das transações realizadas.

Dados que contribuirão também para que a CPI possa cumprir sua função fiscalizadora e investigadora dos recursos públicos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

**Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2015.**

**José Rocha  
Deputado Federal – PR/BA**